

O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal

INTRODUÇÃO

A possibilidade de compreender e «engrenar» aquilo a que normalmente se chama *regime salazarista* no processo histórico português ou, mais particularmente, na história do capitalismo em Portugal, exige uma análise histórica e económica que cubra, pelo menos, e com um mínimo de profundidade, os seus aspectos seguintes: antecedentes, significação, missão histórica, características, contradições, limites e mutações.

Ora o que normalmente tem acontecido é as análises se ficarem por uma visão parcelar — não integrando, pelo menos, alguns daqueles aspectos —, ou então demasiado personalizada, centrando-se quase só nas características do poder pessoal de Salazar. Para além de que são quase sempre só *históricas* ou *económicas*, e raramente uma e outra coisa.

O «salazarismo» — se por tal entendermos o período que, *para além de Salazar*, vai do 28 de Maio de 1926 ao 25 de Abril de 1974, período que, apesar de muitas transformações e adaptações, contém uma lógica e uma continuidade muito próprias — não é de facto apenas um período da nossa história passada. É também, e sobretudo, uma lógica do capitalismo em Portugal, se nesta expressão integrarmos, como é evidente, as condicionantes eternas. E, nesse sentido, convém ser analisado, não como uma curiosidade histórica, mas como uma realidade económico-social extremamente rica de ensinamentos para compreender, por exemplo, os actuais (e passados) *impasses* e bloqueios na acumulação capitalista e, portanto, na sociedade portuguesa.

Pensamos residir aqui um óptimo campo de investigação e de trabalho conjunto de historiadores e economistas, ao invés de uma certa separação e/ou desconfiança que têm regido as suas relações.

É certo, por um lado, que os problemas actuais (gravíssimos) da nossa conjuntura económica não deixam muita atenção, disponibilidade e interesse para uma análise deste tipo, mas pensamos que seria bom não esquecer de olhar essa conjuntura à luz de uma análise estrutural que talvez recolha ali muitos ensinamentos.

É neste contexto e nesta tentativa que se insere este trabalho ¹, necessariamente limitado na sua extensão e conteúdo pelas próprias características que lhe foram exigidas. Como tal, não se pretende aqui analisar o problema do «salazarismo» de uma forma minimamente construída, mas tão-somente despertar para o interesse de uma tal análise e, porventura, abrir-lhe caminhos metodológicos.

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ Tal como ele foi, aliás, originalmente (e mais aprofundadamente) concebido no âmbito de um trabalho mais vasto intitulado «Desenvolvimento e industrialização da economia portuguesa no contexto da divisão internacional do trabalho (até 1974)» (tese de 3.º ciclo defendida em Grenoble, em Dezembro de 1980).

Partindo, pois, de um trabalho anterior um pouco mais aprofundado (ver nota 1), pretendemos mostrar aqui como o «salazarismo» pode ser compreendido no entroncamento das contradições, do desenvolvimento e dos recuos do capitalismo em Portugal, recusando, no entanto, uma visão fatalista da história. Não nos interessa olhar para o salazarismo como algo que, tendo acontecido assim, tem necessariamente a sua lógica (só porque *já aconteceu*), o que releva de um carácter necessário ou inevitável (*a posteriori* claro...) dos factos históricos. Tentamos, pelo contrário, mergulhar na situação *a priori* (com uma visão *a posteriori*, inevitavelmente) e captar a sua dinâmica e a sua lógica, independentemente de especularmos se poderia ter sido diferente, pois isso nos teria levado a um buraco sem fundo. E as conclusões foram de facto interessantes e daí estarmos aqui a apresentá-las.

Dividimos essa apresentação em sete pontos, para melhor esquematização.

- A penetração capitalista em Portugal;
- As características e o papel da burguesia;
- As características e o papel da classe operária;
- Os *impasses* na sociedade portuguesa no início dos anos 20;
- A lógica do salazarismo e o papel de Salazar;
- Algumas componentes iniciais do «salazarismo»;
- Os primeiros resultados.

Os primeiros cinco pontos poderão ser considerados como elementos para uma compreensão *a montante* do regime salazarista (entendido sempre naquele sentido mais amplo atrás definido, para além, pois, da figura de Salazar), enquanto os restantes serão mais (só) elementos componentes do mesmo.

1. A PENETRAÇÃO CAPITALISTA EM PORTUGAL (ALGUNS ELEMENTOS)

Afigura-se-nos importante começar por precisar algumas características da penetração capitalista em Portugal, não de forma aprofundada, o que não caberia nesta comunicação, mas mais em jeito de hipóteses de trabalho.

Assim, em primeiro lugar, a análise dessa penetração não pode ser feita à luz do «modelo inglês», se por tal entendermos o modelo teórico de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista definido a partir das observações e reflexões de Karl Marx, a menos que queiramos forçar a realidade a ajustar-se a tal modelo.

Pelo contrário, para compreendermos as especificidades e os ritmos próprios da dinâmica capitalista em Portugal, e que se afastam bastante dos definidos naquele modelo, é preciso começar por analisar as influências múltiplas e recíprocas dos três elementos seguintes da história de Portugal:

a) A estruturação da base histórica interna, nomeadamente entre os séculos XII e XIV, acompanhando a definição de uma «nação portuguesa».

Trata-se de uma situação histórica em que, numa formação social, *coexistem, mais do que colidem*, um *regime senhorial centralizante* e uma organização social que se pode qualificar de *protocapitalista*.

O primeiro, que é a organização social dos vencedores da guerra da Reconquista, é, por seu turno, o resultado da *sobreposição*, mais do que da combinação, das características da forma secundária de produção germânica dos povos chamados «bárbaros» e da forma de produção secundária antiga clássica dos

Romanos². Fica de pé a questão de saber se esta organização social se pode considerar verdadeiramente feudal, à luz dos elementos que caracterizam esse regime.

A segunda deve-se à presença, mais marcante do que fazem crer muitos manuais da nossa história, dos povos árabes no Sul do território português. As suas características mais importantes foram um certo «emburguesamento» da propriedade rural — e, concomitantemente, uma tendência para a proletarianização nos campos meridionais — e a existência de uma burguesia comercial e armadora bastante activa nos portos do litoral, de par com importantes inovações tecnológicas nos métodos de produção agrícola e de navegação.

Esta coexistência permite explicar, entre outras coisas, o carácter popular e burguês da revolução de 1383 e a «vocaçào» portuguesa para os Descobrimentos, mas também o bloqueio das possibilidades abertas por uma e outros, do ponto de vista dos interesses da burguesia, ou seja a recuperação, por parte da componente senhorial da formação social portuguesa, dessas possíveis brechas na sua organização.

b) Os Descobrimentos e a expansão ultramarina, cujos determinantes se devem procurar nos elementos estruturais referidos atrás, caracterizaram-se assim por uma *acumulação* considerável *de dinheiro*, mas não de *capital produtivo interno*.

De facto, uma parte muito importante dos lucros do comércio e da pilhagem ultramarinos «escorria» por entre as mãos dos nobres e da Igreja (gasta em despesas sumptuárias, importações, aquisição de terras, etc.), ou era desviada para o estrangeiro, através dos comerciantes e armadores estrangeiros, muito presentes e muito atentos a todo este movimento.

Para além do facto de a acumulação de dinheiro associada aos Descobrimentos e à expansão ultramarina não se ter traduzido, senão exiguamente, em acumulação de capital produtivo interno (o mesmo já não se diga quanto à acumulação de capital produtivo que eles permitiram, via Portugal, em outros países do Norte da Europa), eles limitaram também, e de forma drástica, a *acumulação de força de trabalho separada dos meios de produção*, que é a segunda componente necessária da acumulação primitiva³.

Com efeito, os Descobrimentos e a expansão ultramarina, com todas as actividades de construção naval, comerciais e militares que lhes estão ligadas, constituíram uma espécie de escape para as massas rurais em vias de proletarianização, que viam nas tarefas marítimas e de colonização ou nas expedições militares uma saída para a sua situação de pobreza e de isolamento, ainda que frequentemente à custa da própria vida. Quando não era mesmo sob o peso de coacções extra-económicas que essa gente se via obrigada a partir nessas expedições...

Podemos pois dizer que os Descobrimentos não conduziram a uma acumulação primitiva importante em Portugal, antes contribuíram para reproduzir a sua posição de nação comercial e intermediária e para cavar os contornos da sua dependência.

c) Finalmente, é preciso também ter em conta a inserção de Portugal no que se pode chamar «movimento de irradiação do capitalismo do centro (a Europa, com a Inglaterra à cabeça) em direcção da periferia (os outros continentes)».

² Estas duas formas de produção constituem, com a forma de produção asiática, as variantes da segunda das cinco formas de produção fundamentais consideradas pelo materialismo histórico: comunismo primitivo, forma secundária, feudalismo, capitalismo e socialismo.

³ Cf., a este propósito, Karl Marx, *Le Capital*, Editions Sociales, liv. 1, 8.ª secção, cap. xxvi, pp. 517-518.

Cf. também M. Vilaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, col. «História», 1976, pp. 11-12.

Nesta designação tão ampla compreendemos todo o sistema complexo de relações internacionais (aqui no sentido original: entre nações) desencadeado com os Descobrimentos (isto é, já naquilo a que se pode chamar a proto-história do capitalismo) e tendo por eixo as partilhas (ou repartilhas) sucessivas e mais ou menos violentas de:

- Regiões a «descobrir» (Portugal-Espanha);
- Rotas de circulação do comércio (Portugal-Espanha-Inglaterra-Holanda-França);
- Mercados e fontes de matérias-primas (os mesmos, aos quais se juntarão mais tarde os Estados Unidos, a Alemanha, a Rússia e o Japão).

É neste contexto e a esta luz que se devem (re)examinar os diferendos e os diversos tratados entre Portugal e países como, nomeadamente, a Espanha, a França, a Alemanha e, sobretudo, a Inglaterra. Não em termos bilaterais, mas procurando ter em conta as lutas intermetrópoles que visavam, em particular, o controlo das colónias ultramarinas.

Poderemos assim perceber como e porquê os interesses dessas metrópoles, e em particular da Inglaterra, se ligam ao bloqueio das tentativas de lançamento de indústrias em Portugal (com o conde da Ericeira e o marquês de Pombal, por exemplo) e à importância do capital comercial e da penetração capitalista na agricultura de exportação (em particular os vinhos).

É, portanto, na inter-relação destes três elementos históricos que devemos procurar as causas das especificidades e dos ritmos próprios da penetração do capitalismo em Portugal, cujos contornos se podem resumir assim:

- A dinâmica capitalista pode considerar-se dominante na formação social portuguesa, pelo menos, a partir de meados do século XIX;
- A esfera de valorização comercial do capital (comércio externo, em particular) adquire uma importância decisiva, em ligação com o papel de Portugal perante a Inglaterra e com a sua «missão» de intermediário colonial;
- A penetração do capitalismo (ainda que nem sempre acompanhada imediatamente pela subordinação real do trabalho ao capital) na agricultura, sobretudo de exportação, aparece como a modalidade prioritária da penetração capitalista em Portugal, do ponto de vista dos interesses (internos e externos) dominantes. Isto quer dizer que, independentemente de se saber se foi na agricultura ou na indústria que se iniciou a penetração do capitalismo em Portugal (questão, quanto a nós, secundária), é visível (em ligação com os três elementos anteriormente analisados) que a *dominância* de uma lógica capitalista em Portugal teve as suas bases iniciais na agricultura e no comércio externo;
- Por seu turno, não é senão com dificuldade que o capital industrial se desenvolve, encontrando sucessivos entraves e bloqueios por parte dos interesses dominantes (internos e externos). Não devemos contudo menosprezar esse desenvolvimento, sobretudo nos finais do século XIX e no início do século XX;
- Como consequência, a maior parte dos grandes proprietários agrícolas puderam manter, em aliança com (ou sob a «protecção» resultante da predominância de) os interesses comerciais (internos e externos), uma importante influência aos níveis económico, político e ideológico. Assim se conservou o essencial dos seus privilégios e se amorteceram os efeitos das lutas que opunham (ou teriam oposto) esses proprietários agrícolas à burguesia industrial. Lutas que estiveram, aliás, no centro das revoluções agrícola e industrial, e portanto da formação do capitalismo em países como a Inglaterra e a França;

Assinalemos, por outro lado, em consequência do amortecimento das lutas referidas, a existência de um grande número de pequenos produtores agrícolas e artesãos, produzindo ou não para o mercado, que só de uma forma bastante lenta (quando comparada com a de outros países europeus) vão desaparecendo pelas vias da proletarização, semiproletarização ou emigração.

Sublinhe-se que não estamos em presença de uma formação social onde domina o modo de produção feudal (como deixam entender alguns autores), tratando-se antes de uma *dominância da dinâmica capitalista predominantemente dependente* do exterior, via agricultura e comércio, ainda que contendo elementos potenciais de uma certa autonomia, com base num certo desenvolvimento do capitalismo industrial, sobretudo a partir dos finais do século XIX.

2. AS CARACTERÍSTICAS E O PAPEL DA BURGUESIA

Do que ficou atrás escrito resulta que, mau grado um certo progresso das indústrias a partir dos finais do século XIX, no início do século XX são as actividades comerciais e agrícolas que quantitativamente e, *sobretudo*, em termos de *dominância capitalista* continuam a predominar.

De facto, uma análise do *Inquérito Industrial de 1917*, mesmo tendo em conta as lacunas de que ele enferma, mostra, entre outras coisas, que:

Não há praticamente sector de bens de produção (a não ser no que se refere à produção intermediária têxtil) e muito menos de bens de equipamento; Em contrapartida, as indústrias alimentares (em particular as conservas de peixe) e os têxteis (algodão, em especial) absorvem, em conjunto, cerca de metade da população activa recenseada (cerca de 60% se lhes juntarmos a indústria de «madeira, cortiça e mobiliário»);

Mais de 2/3 das unidades recenseadas (aquelas com menos de 10 operários), às quais seria necessário acrescentar todas as pequenas oficinas não consideradas no inquérito, respondem muito mais aos requisitos da produção artesanal do que aos de uma produção verdadeiramente industrial;

O nível de concentração industrial (medida, no *Inquérito*, pela dimensão das unidades segundo o número de operários, o que é naturalmente imperfeito) é muito baixo. Se considerarmos apenas as unidades de mais de 250 operários (1,5% do total), o seu pequeno número está nitidamente em contraste com a «legião» de pequenas unidades de produção (análise a completar e/ou a corrigir com dados referentes à produção, caso eles existissem). Por actividades mais importantes temos:

Metalurgia	1	%	(8 em 784)
Cerâmica	1	%	(2 em 178)
Vidro	22	%	(4 em 18)
Química	3	%	(4 em 123)
Alimentação	0,9	%	(7 em 809)
Têxtil	8	%	(39 em 465)
Vestuário	0,3	%	(1 em 375)
Madeira, cortiça e mobiliário	0,4	%	(4 em 1044)
Papel	2,6	%	(1 em 39)
Gráfica	0,5	%	(1 em 220)
Tabaco	100	%	(4 em 4)
Electricidade	4,5	%	(1 em 22)

A presença de mulheres (em regime de trabalho doméstico) e de menores é considerável, o que é seguramente um indicador do carácter artesanal e/ou doméstico de muitas dessas unidades.

A burguesia industrial estava pois longe, em todo este período (primeiro quarto de século), de representar uma força económica importante e estruturada, capaz de segregar uma influência política e ideológica que pudesse tornar-se hegemónica em relação ao poder (económico, político e ideológico) detido pelas fracções mais conservadoras da burguesia (nomeadamente comercial e agrícola), mas também por grandes proprietários agrícolas, que teríamos dificuldade, pela sua lógica de sobrevivência, em integrar na classe burguesa.

Em contrapartida, o peso e a importância (nos três domínios referidos) da burguesia tradicional e dos proprietários agrícolas constituíam um travão ao livre desenvolvimento da produção industrial, geradora de *operários revolucionários*.

Esse é, aliás, o sentido do discurso dos representantes desses interesses, nomeadamente dos interesses agrários.

Anselmo de Andrade, um dos últimos ministros da Monarquia, escrevia em 1912 ⁴:

Portugal não é país comercial nem industrial [...] *Faz-se um grande mal ao País tentando transformar em fabril uma indústria que verdadeiramente só pode ser agrícola*, e preparam-se acaso para o futuro crises industriais que não têm por certo tão fácil e pronto remédio como as agrárias.

E em 1918, na 2.ª edição, acrescentava:

Quando porém faltar o trabalho industrial ao operariado, e essas crises terão de ser frequentes, o remédio não é tão fácil (como na agricultura), porque os operários das fábricas não podem ir trabalhar com uma enxada ou uma charrua. Há-de ver-se então, mas talvez a desoras, que se criou imprudentemente uma demasiada população de operários para indústrias que nunca deixarão de ser raquíticas. *E todos sabem o que é uma multidão de operários na rua, sem trabalho e com fome*.

E um outro defensor dos interesses agrários, Ezequiel de Campos, escrevia em 1923 ⁵:

As desordens do industrialismo manifestaram-se ultimamente nas exigências dos operários, no espírito de dissipação das grandes massas populares, no desinteresse pela dura conservação das coisas e dos meios de trabalho.

Ora, de todas as fracções da burguesia, pelas características próprias de cada uma delas, só a burguesia industrial é capaz (se para tal tiver força) de assegurar uma dinâmica capitalista relativamente autónoma e um poder burguês estável.

⁴ Anselmo de Andrade, *Portugal Económico – Teorias e Factos*, Coimbra, F. França Amado, 1918, 2.ª ed., p. 343, citado por Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, pp. 121 e 71. Os sublinhados são da nossa responsabilidade.

⁵ Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus, *A Crise Portuguesa – Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Porto, 1923, p. 94, citado por F. Medeiros, *op. cit.*, p. 115. O sublinhado é nosso.

Pelas próprias características da actividade industrial e pela dinâmica que ela exige da acumulação de capital. A história, aliás, prova-o.

Mas, para tal, precisa de hegemonizar e estruturar o bloco dominante, de maneira a organizar, de uma forma duradoira, o poder burguês *em função dos seus interesses* e a assumir a representatividade política e ideológica de toda a sociedade ⁶. O que implica, por um lado, ser reconhecida como tal pelas outras fracções da burguesia e, por outro, que a classe operária aceite, no essencial, as regras do jogo, movendo-se no quadro da legalidade burguesa que lhe é imposta.

Ora isto esteve longe de acontecer em Portugal, pelas razões já apontadas.

Pelo contrário, o período da Primeira República (1910-26) é o espelho das lutas e das contradições existentes entre as diversas fracções da burguesia e mostra-nos a incapacidade da burguesia industrial e das classes médias urbanas (suas aliadas) de hegemonizar o poder político em regime parlamentar. Para ir sobrevivendo, a burguesia industrial ora se alia à classe operária contra os interesses agrícolas e comerciais ⁷, ora se alia a estes contra aquela, agravando-se sucessivamente as contradições num e noutro sentido.

Por outro lado, este período mostra-nos ainda a extraordinária resistência oferecida pelas fracções mais conservadoras da burguesia ao industrialismo e às suas representações políticas (nomeadamente o parlamentarismo), o que é, por exemplo, bem visível na força ideológica, política e organizativa-conspirativa revelada por organizações suas, como a União dos Interesses Económicos e a Associação Comercial de Lisboa ⁸.

A propósito desta interpretação das lutas e *impasses* presentes na Primeira República, é interessante verificar como as ideias fundamentais contidas na análise da situação pré-fascista em Itália feita nas teses apresentadas ao 3.º Congresso do PCI (na clandestinidade), em 1926, em Lione, e cujo autor principal foi Gramsci ⁹, se aplicam, no essencial, à situação portuguesa. Isto, evidentemente, salvaguardando as diferenças existentes entre as situações pré-fascista e pré-salazarista e entre as soluções ditatoriais encontradas.

Citemos algumas das passagens que se mostram mais pertinentes quanto ao caso português ¹⁰:

O industrialismo, que é a parte essencial do capitalismo, está na Itália bastante débil. [...] Opõe-se ao industrialismo uma agricultura que se apresenta naturalmente como base da economia do país [...] [P. 92.]

A fraqueza intrínseca do capitalismo obriga a classe industrial a adoptar expedientes para garantir o seu controlo sobre toda a economia do país. [...] *Não há pois lugar para a tradicional luta económica entre industriais e agrários* [...] [P. 92.]

Como não controla naturalmente toda a economia, *a classe industrial não consegue organizar sozinha toda a sociedade e o Estado* [...] Para o seu reforço e para a sua defesa *é necessário o compromisso com as classes sobre as quais a indústria exerce uma hegemonia limitada*, particularmente os agrários e a pequena burguesia. Donde uma heterogeneidade e uma *fraqueza* de toda a estrutura social e do Estado que é a sua expressão. [P. 93.]

⁶ Cf., a este propósito, a tese defendida por António Barreto no artigo «O estágio fascista do desenvolvimento do capitalismo em Portugal», in *Polémica*, n.º 1, Genebra, Novembro de 1970, pp. 13-33.

⁷ Como no caso do «pão político». Ler a este propósito o excelente livro já citado de F. Medeiros.

⁸ Cf. também, a este propósito, o livro de F. Medeiros.

⁹ Cf. caderno de *Rinascita* intitulado *Trent'Anni di Vita e di Lotte del PCI*, Roma, s. d., pp. 95-97, e de que algumas passagens são reproduzidas na antologia organizada por Mirella Bartolotti, *O Fascismo, Origens e Análise Crítica*, Lisboa, Edições 70, 1975, pp. 89-99.

¹⁰ Cf. Mirella Bartolotti, *op. cit.*, pp. 92, 93 e 95. Os sublinhados são nossos.

A fraqueza intrínseca do capitalismo obrigou-o, porém, a pôr como base da organização económica e do Estado burguês uma unidade obtida por via de *compromissos* entre grupos não homogêneos. Numa vasta perspectiva histórica, este sistema mostra-se não adequado ao objectivo que persegue. Toda a forma de compromisso entre os diversos grupos dirigentes resulta, de facto, na sociedade italiana, num *obstáculo* posto ao desenvolvimento dum ou doutra parte da economia do país. [P. 95.]

É esta mesma política de compromisso (no caso português é necessário não esquecer a importância da burguesia comercial e colonial) e esta instabilidade governamental que encontramos também em Portugal, ainda que com causas, modalidades e ritmos muito próprios. O facto de entre 1910 e 1926 ter havido 51 governos (incluindo duas juntas militares), alguns dos quais não duraram mais do que alguns dias, é disso, aliás, ao mesmo tempo, uma consequência e um indicador.

3. CARACTERÍSTICAS E PAPEL DA CLASSE OPERÁRIA

Por outro lado, o proletariado era uma classe ainda em formação e pouco importante quantitativamente.

De facto, a contrapartida da predominância do capital comercial e agrícola e dos obstáculos ao desenvolvimento do capital industrial foi a lenta formação de um proletariado industrial, o único que poderia sustentar um poder operário, alternativo ao poder burguês¹¹.

Em 1907, a população operária industrial referente aos estabelecimentos de mais de 50 operários não ultrapassava 90 000 indivíduos, sendo cerca de metade mulheres e crianças. Em 1911, o seu número era de cerca de 97 000 nas fábricas de mais de 10 operários e, segundo o *Inquérito Industrial de 1917*, eles não seriam mais de 130 000. Trata-se, como é óbvio, de números muito pouco fiáveis no seu rigor, mas que não deixam de mostrar um fraco desenvolvimento do proletariado industrial.

A isto deve acrescentar-se a importância do sistema do semiproletariado, ao lado da permanência das formas de submissão formal do trabalho ao capital (nomeadamente na indústria doméstica e nas oficinas artesanais), o que reflecte uma continuidade notável entre a economia camponesa e a economia industrial, sobretudo em certas zonas do País (Norte) e em certas indústrias (têxtil).

A estas limitações de ordem quantitativa, e em relação com elas, há que acrescentar outras referentes à organização das lutas operárias e cujas causas têm naturalmente a ver com as primeiras:

- Ausência de uma consciência de classe claramente assumida;
- Lutas internas entre as tendências e/ou correntes «reformista», «sindicalista-revolucionária» (de inspiração soviética) e «anarquista», sendo esta última a predominante na maior parte do período;
- Fragilidade da organização sindical, sem capacidade para conduzir uma acção política autónoma em relação às outras classes, o que se deveu, em parte, ao «sindicalismo apolítico», defendido pela corrente anarquista;
- Falta de experiência na luta organizada, o que também contribuiu para um certo espontaneísmo revolucionário;

¹¹ O que não tem nada que ver nem invalida a importante combatividade demonstrada quer pelo proletariado agrícola (nomeadamente do Alentejo) ou por certas categorias de trabalhadores muito próximos do operariado industrial (os ferroviários, em particular), quer por empregados e funcionários dos meios urbanos (do serviço das águas, do comércio, etc.).

Repressão do movimento operário conduzida de uma forma bastante violenta (prisões, deportações, etc.), apesar da (ou talvez devido à) máscara do parlamentarismo. O que não deixou de estar em relação com o «medo» do bolchevismo desencadeado pela revolução soviética de 1917:

Formação tardia de um Partido Comunista (em 1921) que pudesse politizar e enquadrar o movimento operário e conduzir as suas lutas no sentido da revolução e da tomada do poder.

Todas estas limitações e insuficiências mostram, *a posteriori*, que o proletariado, apesar de condições internas (lutas e agitações sociais e políticas, inclusive no seio da burguesia) e externas (Revolução Russa e ascensão do movimento operário em geral) aparentemente favoráveis, não podia constituir uma alternativa ao poder burguês, na medida em que não estava preparado para a revolução.

Não podemos, contudo, ignorar a importante agitação operária de todo este período, mesmo se, por vezes, ela foi inconsequente, e sobretudo se ela se não traduziu num mínimo de organização política.

Entre 1910 e 1925 foi possível inventariar 518 greves, sendo 207 (40 %) por questões de salário e 87 (17 %) por questões de horários de trabalho. De todas estas greves conhece-se o resultado de 441: somente em 63 (14 %) se não chegou a um acordo de satisfação parcial ou total das reivindicações dos trabalhadores¹².

É sobretudo durante e após a primeira guerra mundial que a agitação operária atinge o seu auge, em torno nomeadamente da «questão do pão»¹³.

Entre 1917 e 1920, em particular, o movimento operário revela ainda uma certa coesão e, apesar de numerosas detenções, há uma certa continuidade no movimento grevista, com vitórias importantes (ao menos relativamente a certas reivindicações) e algumas greves gerais. É o período mais rico do ponto de vista das lutas sociais.

É o proletariado dos principais centros industriais (Lisboa, Porto, Barreiro, Setúbal) que se mostra melhor organizado, nomeadamente os ferroviários, os metalúrgicos e os conserveiros, ao lado de algumas categorias de funcionários (do serviço das águas, nomeadamente).

As classes trabalhadoras conseguem, em geral, conservar o seu poder de compra, jogando um papel importante na questão do «pão político», que vinha também opondo os grandes latifundiários alentejanos (defensores de uma política do «trigo nacional», à custa de um preço do pão mais elevado) e os industriais, em particular os moageiros (defensores de uma política de importação de «trigo estrangeiro» mais barato e/ou de subsídios à produção de um pão a preço menos elevado). Algumas das reivindicações dos trabalhadores foram, aliás, recuperadas e utilizadas pelos industriais na sua luta contra os proprietários agrícolas.

Depois de 1920, o movimento operário começa a desagregar-se e as divisões e os desacordos multiplicam-se. Isso não impediu, no entanto, a continuação da agitação operária, favorecida pelo clima mais geral de desordem política e social.

Em Agosto de 1923 é abolida toda a legislação referente ao «pão político» e que tinha mais ou menos em conta as reivindicações operárias.

A desorganização do movimento operário não lhe permite então mais do que uma agitação incontrolada e violenta, mas sem grande eficácia.

¹² Cf. dados publicados no *Anuário Estatístico de Portugal* de 1927 e citados por António de Figueiredo em *Portugal: 50 Anos de Ditadura*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975, p. 59.

¹³ Cf., a este propósito, F. Medeiros, *op. cit.*

Perante esta agitação, a burguesia treme. Se é fácil de verificar, *a posteriori*, que a classe operária, devido às suas fraquezas intrínsecas, não poderia constituir uma alternativa ao poder burguês, *a priori*, a reacção da burguesia foi o medo. Tanto mais que ela se mostrara incapaz de assegurar, por si só, um clima político e social favorável ao desenvolvimento da «sua» acumulação.

Para mais, à agitação operária junta-se o *medo do comunismo*, derivado da Revolução de Outubro, que os dirigentes soviéticos queriam «exportar» para os outros países europeus e que encontrava já os seus ecos em Portugal, nomeadamente após a formação da Federação Maximalista, em 1920, e do PCP, em 1921.

Aliás, em 1919 podia-se ler no editorial do jornal *O Século* de 19 de Abril¹⁴:

O Governo anunciou há dias a sua intenção de reprimir a propaganda do bolchevismo [*sic*] que se está fazendo em Portugal. Estamos perfeitamente de acordo. É necessário impedir que sobre os fermentos de desordem política que há em Portugal se deixem desenvolver outros fermentos de desordem social. [...] Essa atmosfera é preciso desfazê-la [...]

O Governo da «esquerda» (Novembro de 1924) formada pela ala esquerda do Partido Democrático, e cujo chefe foi José Domingues dos Santos, constitui a última tentativa de enquadramento da classe operária pela burguesia liberal, mas, a partir do momento em que ela ultrapassa os limites permitidos (acontecimentos de 6 de Fevereiro de 1925)¹⁵, a burguesia retira-lhe o seu aval.

A partir desse momento, o caminho estava aberto para a *solução ditatorial*.

Sentindo-se ameaçada pela agitação cada vez mais incontrolada (ainda que menos organizada e menos eficaz) do seu *inimigo principal* — o proletariado —, incapaz de, por si só, encontrar uma solução para o «seu» desenvolvimento (expansão do capital), a burguesia liberal não tem outra alternativa senão virar-se para o seu *inimigo secundário* — os grandes proprietários agrícolas e os seus aliados aos níveis local e colonial. A solução exige, portanto, um «adormecimento» (pelo menos temporário) das suas divergências, o que teria nomeadamente de passar por uma «arbitragem» dos respectivos conflitos. A «solução autoritária» (e Salazar) vem responder a estas condições com uma lógica notável.

Esta «solução autoritária» não era, evidentemente, a solução ideal para a burguesia liberal (industrial), porque se vê assim obrigada a concessões importantes aos grandes proprietários agrícolas e, portanto, a dispensar certas condições de uma acumulação mais rápida. Mas, dada a sua incapacidade para construir, por si só, um Estado forte que lhe permitisse o controlo político da sociedade, tem de escolher entre *acumular na medida do possível* e *correr o risco de não acumular* (face à ameaça proletária).

Neste sentido, o «salazarismo» foi, antes de mais, *o resultado da luta do capitalismo contra a classe operária*.

4. OS IMPASSES NA SOCIEDADE PORTUGUESA NO INÍCIO DOS ANOS 20

Perante as contradições e oposições existentes no seio da formação social portuguesa e a incapacidade do seu enquadramento e controlo político em sistema «democrático», este último entra em crise.

¹⁴ Citado por F. Medeiros, *op. cit.*, p. 161.

¹⁵ Cf., a este propósito, F. Medeiros, *op. cit.*, p. 392.

Crise agravada, é certo, pelas dificuldades que, aos níveis económico e financeiro, a primeira guerra mundial trouxe a quase todos os países europeus e acentuada por todas as manobras e boicotes dos diferentes actores sociais em presença na formação social portuguesa.

Fernando Medeiros demonstrou bem que a «crise económica» em Portugal antes de 1926 (proclamada até à saciedade pelos defensores do golpe de Estado, para justificar a «solução autoritária») foi muito mais o resultado de todas estas manobras e boicotes (*ruptura política*) do que duma «importação» de factores de crise ou de rupturas desencadeadas principalmente ao nível económico¹⁶.

Neste sentido, os golpistas tinham razão quando diziam que o parlamentarismo não seria capaz de sanear a economia e as finanças, mas «esqueciam-se» de acrescentar que os interesses que os apoiavam tinham também jogado a fundo nessa incapacidade e contribuído para a reforçar. Por outro lado, não se tratava, como o pretendiam (com Salazar à cabeça), de uma questão de «incompetência técnica» ou «administrativa», mas de uma *questão política*.

O autêntico clima de guerra civil que se vivia depois de 1923 não era assim mais do que uma expressão desta crise, mostrando que *a acumulação capitalista se encontrava então num «impasse»*.

Para prosseguir, ela tinha necessidade de um enquadramento político e institucional perfeitamente definido e estabilizado, permitindo à burguesia nomeadamente:

Ultrapassar as suas divergências internas, de maneira a poder cumprir a sua missão histórica, sem o risco de autodestruição;

Agravar a exploração da força de trabalho, única maneira de assegurar a expansão do capital. Dado o fraco índice de progresso técnico existente na economia portuguesa, o crescimento da massa de mais-valia teria de passar, principalmente, pelo agravamento dos ritmos de trabalho, pelo prolongamento da jornada de trabalho¹⁷ ou pela desvalorização da força de trabalho (nomeadamente pela redução dos salários reais). O que, evidentemente, só seria possível com o «amordaçamento» do movimento operário e a destruição da capacidade de agitação ou de reivindicação da sua parte;

Ter acesso a uma certa autonomia em relação ao exterior, dado que o contexto internacional se mostrava favorável a tal (guerra de 1914-18 e suas consequências depressivas ao nível internacional, preparando a grande depressão dos anos 30). Mas, para aproveitar este contexto favorável, dado que a burguesia industrial portuguesa chegara tarde à concorrência internacional, a acumulação de capital deveria ser protegida. O que tem também a ver com a questão precedente.

Tudo isto mostra bem que a resolução da questão política era fundamental para o prosseguimento da acumulação capitalista.

5. A LÓGICA DO SALAZARISMO E O PAPEL DE SALAZAR

A solução autoritária saída do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 veio responder, com uma lógica evidente, a este *impasse* e às suas características.

¹⁶ *Op. cit.*, terceira parte, «A crise económica e o esmagamento do sindicalismo na queda da República», pp. 317-393.

¹⁷ Podendo aparecer sob formas disfarçadas: trabalho extraordinário pago, seja à taxa das horas normais, seja a taxas mais elevadas, mas que não são proporcionais ao esforço suplementar exigido; pedido ocasional, aparentemente inocente, de alguns minutos para além da hora normal de saída, etc.

Com efeito, a existência de um Estado forte e autoritário, tendo podido impor-se acima das divergências existentes entre as fracções da burguesia e regulá-las de uma forma relativamente autónoma (*o Estado-árbitro*) e, ao mesmo tempo, reprimir a classe operária, evitando uma violência demasiado ostensiva (*o Estado-polícia*), reuniu as condições essenciais para uma solução durável para o referido *impasse*.

Um Estado que, ao mesmo tempo, aparecesse como relativamente independente em relação a cada uma das fracções da burguesia e fosse a expressão do seu poder e da sua dominação, isto é, que fosse uma espécie de resultante das forças burguesas em presença.

Neste sentido, pode-se dizer que *o salazarismo foi, pelo menos nos anos 30, um estádio lógico do capitalismo em Portugal*¹⁸. Ele não representou, pois, nesse período, um travão ao (ou o atraso do) desenvolvimento capitalista em Portugal, mas foi antes um dos seus suportes, nas condições existentes então na formação social portuguesa.

Esta «solução» aparece tanto mais lógica, dado que:

As fracções mais reacionárias da burguesia reclamavam já abertamente a constituição de um «*governo forte e competente*» (alguns falavam mesmo de uma ditadura militar), que pudesse acabar com o «caos existente». Estas «reivindicações» aparecem nomeadamente nos manifestos e declarações políticas de algumas organizações mais activas, como a Cruzada Nun'Alvares, a Associação Comercial de Lisboa, a União dos Interesses Económicos, etc. Mas faziam também parte dos discursos dos «notáveis» locais e de boa parte da igreja católica, em especial dos intelectuais agrupados à volta do Centro Católico (meio de onde saíram, entre outros, Salazar e Cerejeira);

Havia já um precedente com o regime «presidencialista» de Sidónio Pais, implantado com o golpe de Estado de 5 de Dezembro de 1917 (num clima de violência em que se misturavam os efeitos da guerra, as greves contra a fome e os ecos da Revolução de Outubro na Rússia). Esta experiência, que se autodesignou «República Nova», pode (e deve) ser considerada, sob vários aspectos (desde a inspiração doutrinária à concepção das instituições, passando pela própria designação), como uma prefiguração do regime salazarista;

Havia, além do mais, os exemplos italianos (com Mussolini) e espanhol (com Primo de Rivera) para mostrar o caminho a seguir, e que não poderiam ter deixado de exercer um efeito de fascínio nos teóricos da «solução autoritária» em Portugal, assustados com o clima de desordem existente no País. O contexto internacional era, pois, nalguns aspectos, favorável a uma saída desse tipo;

Por outro lado, as próprias organizações sindicais tinham a *percepção nítida* da possibilidade de instauração de uma ditadura.

Citemos, por exemplo, duas passagens de um artigo publicado, em 10 de Novembro de 1923, no órgão da CGT, *A Batalha*¹⁹, marcado, aliás, por um triunfalismo que, *a posteriori*, aparece perfeitamente deslocado:

Esta eventualidade [a ditadura militar] circula após o fracasso da tentativa de Afonso Costa na constituição de um Governo de União Nacional [...]

¹⁸ Pelas razões enunciadas na introdução a este trabalho, recusamos a ideia expressa, por exemplo, por António Barreto (artigo citado) de que o salazarismo foi o estádio *necessário* do capitalismo em Portugal e/ou a *única saída* para o *impasse* existente.

¹⁹ Citado por F. Medeiros, *op. cit.*, pp. 290-291. Os sublinhados são nossos.

E mais adiante:

Os partidos políticos faliram, como em Espanha; o parlamentarismo está desacreditado; *todas as forças burguesas capazes de governar estão gastas e caducas. Uma apenas não foi experimentada; por esse motivo pode criar ilusões e esperanças — a ditadura militar.* Convém que todos estejamos alerta, que sigamos com atenção as manobras dos partidos e das forças burguesas que pretendem num último arranco consolidar-se para impedir o progresso constante da revolução proletária que se avizinha e que, a despeito de todos os obstáculos, terá de triunfar.

Mais refinada era a posição do PCP (dirigido então por Carlos Rates), para o qual a ditadura de direita era uma *prova necessária e indispensável* para mostrar ao proletariado português a via a seguir: a insurreição armada, na base de uma aliança entre o PCP, a CGT e os Partidos Radical e Socialista, como meio para chegar à ditadura do proletariado.

Recordemos, a esse propósito, algumas passagens do órgão comunista *O Comunista* de 16 de Fevereiro de 1924²⁰:

Sim, não alimentamos ilusões a este respeito. A ditadura das direitas é uma prova pela qual teremos de passar, necessária e indispensável à inesperienza revolucionária do proletariado português, tão carecido de educação marxista.

E mais adiante:

Este agravamento [da crise], que tudo faz prever que recrudesça, atingirá as mais largas camadas da sociedade e criará, por isso, uma predisposição geral para tentar novas formas de governo. *Nós, e os ditadores das direitas, caçaremos neste terreno.* [Sublinhado nosso.]

Importante também é situar o papel de Salazar à luz desta leitura da lógica do salazarismo.

Em primeiro lugar notemos que a personalização do poder, tal como ela aparece no regime salazarista (e como o próprio nome deixa entender), aparece muito logicamente na linha das condições exigidas para se ultrapassarem as divergências existentes entre as diversas fracções da burguesia e para o respectivo equilíbrio.

O mito do «homem providencial» (Salazar é o «homem da ordem» e o «salvador do caos financeiro») funciona às mil maravilhas, não somente porque podia permitir o referido consenso no seio da burguesia (incluindo a pequena e a média burguesia), mas também porque podia suscitar (como suscitou), se não a adesão, pelo menos a indiferença inicial das classes médias, dos camponeses, do semiproletariado e mesmo de certos elementos do proletariado (nomeadamente o proletariado agrícola e o das pequenas fábricas da província, ainda mal liberto dos limites da regulamentação da produção artesanal). Para muitos, Salazar era o *salvador da Pátria*.

Foi seguramente graças a esta personalização do poder que foi possível ao Estado conservar uma certa autonomia (mais aparente que real) em relação às diversas fracções da burguesia, autonomia que lhe permitiu controlar (ou, antes, enquadrar) as suas disputas e de se assumir como seu representante.

²⁰ Reproduzido por João Quintela em *Para a História do Movimento Comunista em Portugal, I — A Construção do Partido*, Porto, 1976, pp. 258-262, citado por F. Medeiros, *op. cit.*, p. 294.

Nas condições existentes antes de 1926, que descrevemos, no essencial, acima, esta personalização do poder aparece, pois, como uma saída lógica, permitindo ultrapassar as divisões no seio da burguesia e reforçar a autoridade burguesa (à custa, é certo, de concessões importantes, beneficiando nomeadamente os grandes latifundiários, e da emergência de uma ideologia do «progresso lento, mas seguro»), o que era fundamental para o prosseguimento da acumulação capitalista.

O poder aparece assim ideologicamente centrado numa só pessoa, a qual, graças à mística criada à sua volta, se apresenta como uma figura «sem mácula», neutra, distante, toda-poderosa e identificada com os valores abstractos da Pátria.

Não querendo entrar aqui na psicossociálise, é, contudo, muito curioso verificar que Salazar era frequentemente apresentado como tendo «desposado» a Nação, ou, melhor, a Mãe-Pátria. Salazar seria assim, por analogia, o Pai dos Portugueses.

Não devemos, contudo, pensar que Salazar foi um mero produto da história, sem existência e posições próprias, o que seria cair no erro contrário do que normalmente se verifica, quando se pretende centrar tudo nos humores e vontades pessoais de Salazar.

A sua posição pessoal de classe apresentava-se, na realidade, muito mais próxima da ideologia agrário-ruralista mais reaccionária, receando os «males» da industrialização (desenvolvimento de um proletariado consciencializado, urbanização, dissolução dos costumes, monopólios, que são o «plano inclinado que conduz ao socialismo», etc.), que ele considera um «mal necessário».

É à luz do encontro entre as suas posições pessoais e o papel ideológico que a história (e a burguesia) lhe exigiu que devemos compreender os paradoxos que ressaltam aparentemente dos seus discursos e da sua acção.

6. ALGUMAS COMPONENTES INICIAIS DO SALAZARISMO

Como consequência da importância e da urgência da solução política em vista da unificação da burguesia (o que dava uma predominância aparente da instância política em relação à instância económica), o Estado «salazarista» apresenta como componentes fundamentais o *intervencionismo*, o *corporativismo* e o *nacionalismo*.

Com efeito, o cumprimento, pelo Estado, da sua «missão» de equilíbrio e de arbitragem em relação às diversas fracções da burguesia e de repressão sobre o proletariado, ou seja, a realização da estabilização política e social necessária ao prosseguimento da acumulação capitalista, baseou-se numa política de intervenção do Estado na vida económica e social e na emergência da ideia-força (*slogan*) da cooperação entre o «trabalho» e o «capital». Por seu turno, o nacionalismo aparece como elemento de protecção (em relação ao exterior) à acumulação capitalista.

Pela intervenção na vida económica e social, o Estado procurava assegurar a protecção necessária contra a concorrência interna e externa (política aduaneira) e contra as reivindicações operárias.

Um dos exemplos deste controlo da concorrência interna foi a Lei do Condicionamento Industrial, promulgada em 1931 (durante a Grande Crise) e que sofreu posteriormente várias alterações, sem que, contudo, o essencial tenha mudado. As ambiguidades deste regime de condicionamento das indústrias demonstram bem a preocupação de um equilíbrio entre as fracções da burguesia. Ainda que tenham sido os grandes industriais que mais beneficiaram com este regime, pelo menos no início ele assegurava também uma certa «paz» para os pequenos e médios industriais.

Por outro lado, um bom exemplo da intervenção do Estado contra as reivindicações dos operários encontra-se na definição das «tabelas de preços e salários mínimos», o que, no que se refere aos salários, equivalia, na prática, a congelá-los, dado que, numa situação em que todas as formas de organização autónoma e de greve estavam interditas aos operários, os salários mínimos se tornavam a regra. Para mais, qualquer pequeno aumento dos salários assumia assim o carácter de acção generosa do patronato, acima do mínimo de subsistência.

Mas o instrumento mais eficaz (excluindo os métodos de violência física) de «amordaçamento» do proletariado foi a ideologia e a organização corporativas. Ainda que esta última não tenha progredido muito, o mito da cooperação trabalho-capital, o papel dos sindicatos-fantoches e das associações patronais corporativas, enfim, todo o quadro ideológico definido, em 1933, pela Constituição e pelo Estatuto do Trabalho Nacional (inspirado na Carta del Lavoro, de Mussolini), todos estes factores foram instrumentos de disciplina social.

Assim, graças à ideologia e à organização corporativas, foi possível, sobretudo nos primeiros tempos, evitar ou minimizar os contactos directos entre o «capital» e o «trabalho», o que permitiu uma exploração mais subtil.

Finalmente, outra das componentes ideológicas mais marcantes do novo regime foi o nacionalismo.

Em primeiro lugar, para a burguesia industrial, ainda muito frágil para poder sobreviver e prosseguir a «sua» acumulação de forma autónoma e sem uma protecção em relação à concorrência externa, o nacionalismo foi uma arma de defesa e uma condição de crescimento (como o Estado autoritário e personalizado o foi contra a concorrência e as disputas internas).

Mas não é mais do que uma opção de circunstância. Mais tarde, quando o processo de acumulação capitalista adoptado (ou possível) exigiu uma integração mais profunda no sistema capitalista mundial, ela abandoná-la-á para se tornar internacionalista e, em particular, europeia. A maior parte da burguesia comercial e financeira (que se fundirá cada vez mais com a burguesia industrial) segue, no essencial, a mesma trajectória.

Por outro lado, para os grandes proprietários agrícolas e para uma outra parte da burguesia industrial, comercial e financeira trata-se de uma opção mais profunda ou, pelo menos, mais permanente: a recusa da Europa, o mito da «vocaçãõ atlântica» do País, o sonho do império colonial, encarado como o espaço de acção privilegiado do capitalismo português²¹.

Trata-se, neste caso, de fracções da burguesia que tinham, em geral, a perder com a internacionalização e a «europeização» da economia portuguesa e uma industrialização-proletarização demasiado rápidas.

Seja como for, no momento (anos 30 e 40) todos estavam de acordo e, para mais, o contexto internacional apresentava-se favorável à germinação das ideias e das intenções nacionalistas. Podemos mesmo dizer, por um lado, que este contexto, da Grande Depressão à segunda guerra mundial, *condenou* os países a um nacionalismo mais ou menos consciente e, por outro, que apenas este contexto o permitiu. De uma maneira geral, e simplificando, todos os países foram então mais ou menos nacionalistas.

Logo que o contexto mudou (a partir do fim da segunda guerra mundial), o nacionalismo no seio do sistema capitalista não foi mais possível e Salazar sentiu-lo bem.

Do ponto de vista ideológico, o nacionalismo é apresentado, em Portugal, como a reacção necessária contra a dominação estrangeira (isto é, inglesa), dominação que se exprimia então (antes de 1926) sob a forma de uma dívida externa «vergonhosa», de ingerências permanentes nas decisões políticas dos governos monárquicos dos finais do século XIX, princípios do século XX (e que

²¹ Salazar encontrava-se mais próximo de, ou talvez mais influenciado por esta posição.

foram uma das causas próximas da queda da Monarquia), e também de controlo sobre certos sectores económicos, nomeadamente a agricultura de exportação (vinhos), os transportes e as minas.

O nacionalismo foi assim apresentado como um instrumento de uma nação mais independente, servindo, ao mesmo tempo, como apelo a uma *união nacional* à volta dos valores abstractos da Pátria. Dava assim ao regime salazarista uma imagem de patriotismo, acima de quaisquer interesses particulares ou de classe. E portanto um *instrumento ideológico de dominação da burguesia*.

7. OS PRIMEIROS RESULTADOS (CONCLUSÃO)

Queríamos aqui combater a ideia generalizada do marasmo económico nos primeiros tempos do salazarismo (até ao final da segunda guerra mundial) e, pelo contrário, salientar, *em jeito de conclusão*, a eficácia do regime quanto às possibilidades abertas à acumulação de capital, dentro, claro, dos limites referidos. De facto, se na análise deste período distinguirmos os subperíodos de instabilidade (1926-33, período de indefinição, em que o novo regime procura estruturar-se, e 1939-45, período da segunda guerra mundial)²², poderemos ter uma visão mais correcta desta questão.

Assim, é nomeadamente possível verificar:

Um certo aumento, não desprezável, da produção agrícola, pelo menos no que se refere a alguns produtos agrícolas (médias anuais, em milhares de toneladas)²³:

Produtos	1922-26	1942-46
Trigo	296	402
Milho	284	498
Centeio	169	123
Arroz	18	65
Batatas	230	861
Azeite(a)	40	64
Vinho(a)	531	1036

(a) Em milhões de litros.

Um crescimento médio anual do produto industrial de 4,8 % entre 1933 e 1940, assim distribuído²⁴:

Um crescimento médio anual do investimento industrial de 6,4 % entre 1933 e 1938, contra 0,3 % entre 1927 e 1933, e um decréscimo de 12,1 % (média anual) entre 1938 e 1944²⁵;

Um agravamento da exploração da força de trabalho, graças não a um aumento da produtividade, mas a uma desvalorização da força de trabalho²⁶.

²² Até que ponto a Grande Crise condicionou a situação económica portuguesa, não está completamente determinado, mas as influências parecem não ter sido muito importantes e decisivas.

²³ Elementos retirados de Luís Quartim Graça, *Subsídios para Uma Política Agrária*, 1949, pp. 73-75.

²⁴ Cf. Francisco Pereira de Moura, *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1973, p. 136.

²⁵ Cf. GEBEI, Vasco Oliveira e Aníbal Santos, *O Capital Fixo na Indústria Transformadora Portuguesa, 1947-1974*, Lisboa, 1977, pp. 57-58.

²⁶ Cf., a este propósito, os dados sobre salários publicados pelos relatórios do Banco de Portugal no princípio dos anos 50 e o artigo de J. Alarcão «Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa», in *Revista de Economia*, vol. 1, Março de 1948, fasc. 1, pp. 12-24.

Produtos	Percentagem
Alimentação e bebidas	4,4
Têxtil e vestuário	—
Madeira, cortiça e mobiliário	—
Química	0,7
Produtos minerais não metálicos	3,2
Metalurgia, metalo-mecânica e material eléctrico	6,2
Diversas	5,7

Mesmo se os dados estatísticos referentes a este período merecem bastantes dúvidas, pensamos que é possível concluir que a evolução económica no subperíodo mais estável (1933-38), em que, inclusive, já estão consagrados os princípios ideológicos e organizativos do Estado Novo, demonstra que o salazarismo consolidou e reforçou as bases sobre as quais se irá apoiar o desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação nas décadas seguintes.

Trata-se, pois, de um período que pode ser considerado como de progresso do capitalismo, e não de estagnação, mesmo se as forças produtivas não se desenvolveram muito.

O salazarismo não é, assim, nos primeiros tempos, um travão ao desenvolvimento do capitalismo em Portugal, mas uma sua condição, mesmo à custa de uma certa lentidão (que nas condições da formação social portuguesa quis dizer: *segurança*).